



ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 28.008.887/0001-83

garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia. **3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.5. Dividendos** - A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art. 202, I da Lei das S.A. "Art. 202 os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas: i) **Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:** (a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); (b) e importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;" 3.6. **Contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve identificação de ativos a serem ajustados ao valor recuperável. **3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.9. Demais passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. **3.10. Reconhecimento de receita** - As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3. "Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual". **3.11. Despesas operacionais** - As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.12. Imposto de renda e contribuição social** - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia. **3.13. Despesas e receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. **3.14. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2023 - 3.14.1. Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023** - Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões às normas já existentes. As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	IAS 17	01.01.202
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	IAS 1	01.01.202
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	01.01.202
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	IAS 12	01.01.202

3.14.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 06 - Arrendamentos	IAS 16	01.01.202
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IAS 1	01.01.2024
CPC 03 (R1) Demonstrações do fluxo de caixa	IFRS 7	01.01.2024

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia. **3.15. Outras considerações sobre os valores correspondentes** - Certos valores correspondentes do balanço patrimonial referentes a 31 de dezembro de 2022, apresentados nas demonstrações contábeis para fins de comparação, foram reclassificados para melhor comparabilidade, em função dos seguintes itens: Apresentação destacada em diferentes contas patrimoniais dos valores correspondentes ao efeito do *Gross Up de PIS e Cofins* no cálculo do ativo de contrato, refletido, portanto, a aplicação do item 7.10 do CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro sobre a compensação de saldos; Outras reclassificações para melhor apresentação.

	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
	Nota	Divulgado	Ajuste Reclassificado
Ativo			
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(a)	27.131	1.028
Adiantamento diversos	(b)	19	(19)
Despesas antecipadas	(b)	112	(112)
Outros ativos	(b)	-	131
Ativo circulante		43.824	1.028
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(a)	273.952	10.928
Ativo não circulante		282.195	10.928
Ativo Total		326.019	11.956
Passivo			
Pis e Cofins Diferido	(a)	-	11.956
Impostos corrente a pagar	(b)	217	(217)
Encargos setoriais	(b)	192	(192)
Outros passivos	(b)	5	409
Passivo não circulante		180.089	11.956
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		326.019	11.956

4. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	5	-
Banco	2.490	4.697
Aplicação financeira (i)	498	1.372
Total	2.993	6.069

(i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú CORP Plus RF Referenciado DI

- FIC) que teve no ano de 2023, remuneração referenciado ao CDI de 94,59% (2022 96,81%). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compradas, debêntures e letras financeiras.

	31/12/2023	31/12/2022
5. Títulos e valores mobiliários		
Aplicações financeiras - conta Santander (i)	6.086	6.072
Aplicações financeiras - conta BNB (ii)	7.009	6.361
Total	13.095	12.433
Total circulante	6.086	6.072
Total não circulante	7.009	6.361

(i) As aplicações em conta reserva, referem-se ao futuro pagamento de juros e principal de debêntures, que são realizadas semestralmente os próximos pagamentos estão programados para janeiro e julho de 2024. No montante de R\$ 6.086 em 2023 (R\$6.072 em 2022). (ii) As aplicações em conta reserva, referem-se ao cumprimento de obrigação no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cuja finalidade é cobrir o principal, juros e outros custos relacionados ao Contrato de Financiamento por Instrumento Particular, número 44.2018.1241.19411. No montante de R\$7.009 para 2023 (R\$6.361 em 2022).

	31/12/2023	31/12/2022
6. Concessionárias e permissionárias		
Concessionárias e permissionárias (a)	3.646	2.848
CCT (b)	70	-
CDE (c)	523	290
Total	4.239	3.138

(a) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$371 mil em 05/01/2024, R\$371 mil em 15/01/2024, R\$2.033 em 25/01/2024, R\$371 mil em 05/02/2024 e R\$500 mil referentes a créditos a serem recebidos. (b) DIT (CCT) refere-se a parcela 3/3 com vencimento em 05/01/2024 da receita proveniente do acesso de outras concessionárias às suas linhas de transmissão mediante contrato CCT (Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão). (c) CDE refere-se a uma bonificação que a CCEE não paga por adimplência e possuiamos três meses em aberto os quais receberemos no decorrer do próximo exercício. A Diretoria acredita que não há Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), visto que não houve mudança significativa nos valores contábeis dos instrumentos financeiros.

	31/12/2023	31/12/2022
7. Tributos a recuperar		
Imposto de renda	478	602
Contribuição social retida	-	60
Contribuição social	50	169
Imposto de renda retido na fonte	-	169
PIS retido	33	52
COFINS retido	152	208
INSS retido	23	23
ICMS (a)	1.745	1.745
Total	2.481	3.028
Total circulante	736	1.283
Total não circulante	1.745	1.745

(a) Entre os meses de agosto a outubro de 2018, a Companhia efetuou pagamentos em duplicidade ao Estado do Pernambuco referente a notas fiscais de remessa de material. A Companhia ingressou com processo administrativo, solicitando restituição do valor recolhido em duplicidade de R\$1.745. Em fevereiro de 2019 o Estado do Pernambuco deferiu o processo, mediante escrituração do valor como crédito fiscal. A administração projeta que esse valor vai ser compensado em futuras obras de reforço e manutenção de peças e sobressalentes a serem realizadas nos próximos períodos. **8. Concessão do serviço público (ativo de contrato):** Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47. As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permissão - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato de concessão. Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro 2023 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Descrição	Linhas de Transmissão	Arcoverde
Margem de construção		32,52%
Margem de operação e manutenção		13,12%
Taxa de remuneração		5,06%
Índice de correção dos contratos		12,63%
RAP Anual		22,63%
Ativo de contrato em 31/12/2021		304.197
Receita de operação e manutenção		4.124
Receita de operação e manutenção - margem		412
Remuneração do ativo de contrato		35.284
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada		(1.990)
RAP realizada		(29.434)
Amortização da doação		446
Ativo de contrato em 31/12/2022		313.039
Receita de operação e manutenção		4.319
Receita de operação e manutenção - margem		432
Remuneração do ativo de contrato		36.188
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada		(86)
RAP realizada		(32.823)
Amortização da doação		446
Ativo de contrato em 31/12/2023		321.515

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	29.481	28.159
Não circulante	292.034	284.880
Total	321.515	313.039

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas 3.216 e 3.067 respectivamente, foi de R\$34.588 para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024 e R\$30.842 para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia. **9. Empréstimos:** A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2023		Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
	31/12/2023	31/12/2022			
Financiamento BNB (i)	115.142	116.522	15/12/2038	Mensal	1,72%
Juros	3.629	3.780			
Encargos de empréstimos	(1.933)	(2.168)			
Total	116.838	118.134			

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Empresa / Operação	31/12/2022	Despesa de Juros	Pagamento de Principal	Encargos	Pagamentos de Juros	31/12/2023
Financiamento BNB (i)	118.134	7.230	(1.380)	236	(7.382)	116.838
Total circulante	1.380	-	-	-	5.393	1.380
Total não circulante	116.754	-	-	-	111.445	116.754

(i) A Companhia realizou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, em 30 de agosto de 2019, composto de principal e juros, com garantia de fiança bancária e quitação para 15 de dezembro de 2038, a remuneração ocorre pelo IPCA + taxa de 1,7138% a.a., com previsão contratual de bônus de adimplência incidente sobre os juros fixos. Em junho de 2019 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantia ("CPG"), tendo como fiador o Banco BTG Pactual S.A. De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças serão pagos ao fim de cada período trimestral totalizando o montante de R\$1.034 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.347 em 31 de dezembro de 2022) correspondente a 1,10% incidentes sobre o valor nominal de cada Carta de Fiança emitida (110MM CMT24/19-C1 e 8.820MM CMT24/19-C2). A necessidade da fiança foi extinta para 2024. O financiamento, classificado no passivo não circulante, sem efeito do custo apropriado, têm seu vencimento assim programado:

	2025	2026	2027	2028	2029 a 2038	Total
2025	2.470	-	-	-	-	2.470
2026	-	3.060	-	-	-	3.060
2027	-	-	3.665	-	-	3.665
2028	-	-	-	3.886	-	3.886
2029 a 2038	-	-	-	-	100.168	100.168
Total	2.470	3.060	3.665	3.886	100.168	113.249

10. Debêntures

	31/12/2023	31/12/2022
Operação		
2ª Emissão de Debêntures (a)	55.518	56.722
Juros	1.244	1.293
Encargos de debêntures	(1.070)	(973)
Total	55.692	57.042

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Empresa / Operação	31/12/2022	Despesa de Juros	Encargos	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2023
2ª Emissão de Debêntures (i)	57.042	5.321	(97)	(3.768)	(2.806)	55.692
Total circulante	3.053	5.321	(97)	(3.768)	(2.806)	5.110
Total não circulante	53.989	-	-	-	-	50.582

(i) Em 27 de setembro de 2019, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, composta de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia de aval/fiança bancária e quitação para 15 de julho de 2042, cujo principal é atualizado pelo IPCA e juros remunerados por IPCA + 5,0196% a.a. Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e os índices financeiros foram auditados, inexistindo evento de vencimento antecipado relativos ao *covenants* contratual referente ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstos no Item 23 da cláusula 4.1.2 da escritura da segunda emissão de debêntures da Arcoverde Transmissão, datada de 10 de setembro de 2019. As debêntures, classificadas no passivo não circulante, sem efeito do custo apropriado, têm seu vencimento assim programado:

	2025	2026	2027	2028	2029 a 2042	Total
2025	4.087	-	-	-	-	4.087
2026	-	3.969	-	-	-	3.969
2027	-	-	4.135	-	-	4.135
2028	-	-	-	4.402	-	4.402
2029 a 2042	-	-	-	-	35.000	35.000
Total	4.087	3.969	4.135	4.402	35.000	51.593

11. Partes relacionadas: Segue abaixo a movimentação dos dividendos a pagar:

	Saldo em 31/12/2022	Reversão de reserva de lucros	Dividendos propostos (i)	Pagamento de dividendos	Saldo em 31/12/2023
V21	8.587	10.000	8.126	(14.000)	12.713
Total	8.587	10.000	8.126	(14.000)	12.713

(i) O valor de dividendos propostos está considerando o montante de R\$5.418 de dividendos mínimos e o montante de R\$2.708 de dividendos adicionais. **12. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional	36.709</	



ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 28.008.887/0001-83

Lucro por ação - O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	22.812	30.501
Lucro por ação	0,3364	0,4497

16. Receita operacional líquida: Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita anual permitida	32.823	29.434
Receita de remuneração do ativo de contrato	8.030	8.383
Receita CDE	1.422	1.273
Receita CCT	2.465	1.600
Encargos do consumidor	(489)	(428)
PIS e COFINS sobre faturamento	(1.340)	(1.179)
PIS e COFINS diferido	(293)	(294)
Total	42.618	38.789

17. Custos dos bens construídos e serviços prestados: Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo com serviços tomados	(3.357)	(3.334)
Custo com pessoal	(369)	-
Custo com materiais	(170)	-
Custo com seguro	(350)	-
Custo com aluguel	(112)	-
Custo com impostos e taxas	(26)	-
Custo com energia elétrica	(37)	(40)
Apropriação de doação	446	446
Demais custos	(230)	211
Total	(4.205)	(2.717)

18. Outras despesas e receitas operacionais: Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros tomados	(608)	(761)
Depreciação e amortização	(9)	(8)
Outras despesas operacionais	(33)	(434)
Total	(650)	(1.203)

19. Resultado financeiro: Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Juros e variações monetárias (i)	(12.690)	(15.302)
IOF, comissões e taxa	(2.133)	(2.252)
Multa e acréscimos moratórios	(93)	(7)
Despesas financeiras	(14.916)	(17.561)
Receita com aplicação financeira	1.796	982
Outras receitas financeiras	203	-
Receitas financeiras	1.999	982
Resultado financeiro, líquido	(12.917)	(16.579)

(i) O valor de juros sobre empréstimos tomados em 31/12/2023 é R\$7.230 e em 31/12/2022 R\$9.207. O valor de juros e atualização monetária das debêntures em 31/12/2023 é de R\$5.321 e em 31/12/2022 é de R\$6.024. O valor de encargos de sobre empréstimos em 31/12/2023 é de R\$236 e em 31/12/2022 R\$127. O valor de encargos sobre debêntures em 31/12/2023 é de R\$(97) e em 31/12/2022 é de R\$283. 20. Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes

considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	Modalidade	Importância segurada (Milhões R\$)	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (a)	Risco Operacional	70.000	06 de maio de 2023 até 06 de maio de 2024
Chubb Seguros Brasil S.A. (b)	Responsabilidade Civil	20.000	06 de maio de 2023 até 06 de maio de 2024

(a) A Companhia possui a apólice emitida pela Tokio Marine Seguradora, para coberturas de Riscos Operacionais Limite máximo de indenização de R\$70 milhões e um prêmio anual no valor de R\$330.511. (b) Companhia possui um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços. Limite máximo de indenização de R\$ 20 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 32.340. 21. Instrumentos financeiros: Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Títulos e valores mobiliários	2	13.095	12.433
Caixa e equivalentes de caixa	2	2.993	6.069
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Concessionárias e permissionárias	2	4.239	3.138
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	2	116.838	118.134
Debêntures	2	55.692	57.042
Fornecedores	2	186	338

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável,

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo de contrato** - Conforme divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registra o montante de R\$ 321.515 mil referente aos ativos de contrato vinculados aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica. Esses ativos de contrato refletem o valor que a Companhia possui o direito de receber, advindo do investimento realizado na infraestrutura de sua concessão que se encontram em construção. Adicionalmente, a Companhia também avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - *Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria

assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado. 21.1 Fatores de risco financeiro - As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. a) **Risco de crédito** - Salvo pelas contas a receber (ativo de concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo nos e os encargos regulatórios. O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo. b) **Risco de capital** - A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O índice de endividamento é de 1,4383% em 31 de dezembro de 2023. c) **Riscos de taxa de juros** - Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. d) **Risco de liquidez** - A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. 21.2 **Gestão do capital** - A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. 22. **Evento subsequente**: A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações Contábeis.

DIRETORIA EXECUTIVA

Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora
Vagner Alexandre Serratto - Diretor
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

trações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em 48 circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda. Roberto Cesar Andrade dos Santos
CRC SP-015199/F Contador CRC RJ-093771/O